

# XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

## **PIQUIATRIZAÇÃO DA VIDA E O FECHAMENTO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ**

Nicolly Castilho Greb (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Raisal Pinheiro Uchoa (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Daniele de Andrade Ferrazza (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: ra124688@uem.br  
ra124251@uem.br

**Palavras-chave:** Luta Antimanicomial. Hospital Psiquiátrico. Manicômio. Psiquiatria. História da Loucura.

### **INTRODUÇÃO**

A lógica manicomial ainda influencia a formação de profissionais da saúde e está presente no imaginário da população brasileira. Apesar dos mais de 40 anos de mobilizações antimanicomiais, as instituições psiquiátricas, ainda em funcionamento no país, seguem provocando inúmeras violações de Direitos Humanos acompanhadas pelo Ministério Público, por Conselhos de Classe Profissional e também retratadas em denúncias de noticiários jornalísticos. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste estudo é compreender a trajetória histórica de constituição e implementação de um hospital psiquiátrico do interior do Paraná até o seu fechamento. Mais especificamente, a proposta é: (1) realizar um estudo bibliográfico sobre os processos de psiquiatrização da vida, com especial atenção ao nascimento das instituições manicomiais e dos movimentos de resistência antimanicomial no Brasil; (2) analisar, por meio de entrevistas com trabalhadores do hospital psiquiátrico, pesquisadores no tema e conselheiros municipais, a história de constituição da instituição manicomial no município e (3) investigar os acontecimentos que precederam o fechamento do referido hospital psiquiátrico.

### **MÉTODO**

A presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório qualitativo por fomentar contato com saberes constituídos socialmente, através de um movimento de sondagem do contexto sócio-histórico, que nos coloca diante de questionamentos que permitem a essa

## XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

pesquisa desempenhar uma atividade política, que acompanha e produz transformações sociais no âmbito das problematizações da cultura manicomial.

Para tanto, a pesquisa é constituída em duas etapas. A primeira trata da revisão do estado da arte sobre a psiquiatrização da vida e os movimentos de resistência antimanicomial, atentas ao histórico de implementação do hospital psiquiátrico do interior paranaense até seu fechamento. Para tanto, serão analisadas produções bibliográficas sobre os processos de manicomialização do social e notícias jornalísticas sobre o fechamento do hospital psiquiátrico em estudo. A segunda etapa da pesquisa foi constituída pela realização de duas entrevistas semiestruturadas, a primeira com um(a) pesquisador(a) do tema e atuante do movimento antimanicomial no município e a segunda com um(a) conselheiro(a) de saúde municipal. Para a seleção dos(as) entrevistados(as) utilizamos o “método bola de neve” que consiste no contato com o sujeito mais acessível às pesquisadoras pertencente à população estudada e que foi entrevistado(a) inicialmente, indicando o contato do(a) próximo(a) entrevistado(a). O presente estudo foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá. As entrevistas gravadas foram transcritas e analisadas de acordo com quatro categorias temáticas: 1) Trajetória histórica do manicômio maringaense; 2) SUS, reforma psiquiátrica, políticas públicas e controle social como aliados da luta antimanicomial; 3) Entraves, desafios e estratégias para a constituição do movimento antimanicomial em uma cidade paranaense; e 4) Hospital psiquiátrico como instituição de violação de direitos humanos.

### **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Na primeira parte da pesquisa, contempla-se que a compreensão de loucura foi delineada pelas transformações derivadas do contexto social e político no decorrer da história ocidental. Na Idade Moderna, com o advento dos ideais Iluministas e a valorização do pensamento racional, o sujeito da loucura será interpretado como violador da moralidade, já que não se submetia ao controle das regras impostas socialmente e representava um perigo que devia ser controlado. No século XVIII, a loucura será apropriada e compreendida pela medicina psiquiátrica que, inspirada nas ciências naturais e positivistas, a transforma em doença mental e a aprisiona em instituições manicomiais (FOUCAULT, 1978).

No Brasil, sob influência da lógica asilar europeia intensificada pela chegada da Família Real, em 1852, inaugura-se o Hospício Dom Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro.

## XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

Esse foi o acontecimento disparador para o surgimento de inúmeras outras instituições manicomiais que teriam como foco a exclusão e o suposto “tratamento científico da loucura”. Ao final do século XIX, as cidades brasileiras em pleno desenvolvimento industrial, serão atravessadas por discursos e práticas disseminadas pelo movimento higienista que contribuirá para a intensificação do movimento de enclausuramento e marginalização daqueles indivíduos improdutivos e desviantes das normas sociais (AMARANTE, 2007). No bojo dessas concepções científicas e higienistas é que a psiquiatria e a psicologia encontraram um momento propício para seu desenvolvimento. No âmbito das políticas de exclusão higienista se proliferam instituições disciplinares no formato de hospitais psiquiátricos que recolhiam loucos e marginalizados. Nesses estabelecimentos os internos eram submetidos a tratamentos violentos de cunho moral e punitivo.

Para o combate do manicômio, juntamente à inquietação popular proveniente da Ditadura Militar e de reivindicações trabalhistas do setor da saúde, emerge na metade do século XX, o movimento da Luta Antimanicomial brasileira. A redemocratização do país e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, corrobora a responsabilidade do Estado em prevenir doenças e promover a saúde da população. Decorrente desse movimento e sob influência do modelo da Reforma Psiquiátrica Italiana, no final dos anos de 1980, se inicia a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Através dessas discussões florescem propostas de novos métodos de intervenção, priorizando o cuidado em liberdade. Essas mudanças foram difundidas com a criação e implementação de dispositivos da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), que atendem a população e buscam amparar sujeitos em intenso sofrimento psíquico sem romper com a cotidianidade de suas atividades e vínculos sociais (AMARANTE; NUNES, 2018). Cabe salientar que, apesar dessas modificações, os investimentos nos equipamentos substitutivos à internação manicomial ainda não são suficientes para atender toda a demanda da população brasileira. E, apesar dos mais de 40 anos da Luta Antimanicomial, no imaginário popular e na formação de profissionais da saúde, ainda persiste a lógica manicomial e asilar. Muitos hospitais psiquiátricos, transgressores de direitos humanos, ainda estão em funcionamento no país, contrariando critérios estabelecidos pela Lei Federal 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. O relatório de inspeção do Conselho Federal de Psicologia (CFP), publicado no ano de 2018, mostra que muitos hospitais apresentam irregularidades como em suas estruturas e dimensões, internações forçadas, indícios de práticas de tortura, violência de gênero, restrições de

## XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

comunicação, impedimento de exercer a liberdade civil e a individualidade, exploração de mão de obra dos internados, dentre outras violações.

Entre os hospitais psiquiátricos inspecionados, destaca-se o manicômio de uma cidade do interior do estado do Paraná. Fundado em 1966, o Hospital Psiquiátrico de Maringá (inicialmente denominado como Sanatório de Maringá) foi construído para atender a demanda de um espaço que recebesse os “degradantes” da moralidade, os “enfermos da razão” (CAMPOS, 2004 p. 133). Nesse momento histórico a cidade se organizava em torno de ideais higienistas em prol do crescimento econômico e ordem social. Desde então, o manicômio se constituiu como referência municipal, regional e estadual prevista na lei de regulamentação da central de leitos em saúde mental no Paraná.

Aquele hospital psiquiátrico, fazendo jus às práticas manicomialis de submissão, restrição e enclausuramento, também seria objeto de denúncias, explicitadas no relatório do CFP (2018), que mostram violações relacionadas à inadequação de sua estrutura física, limitação na realização de higiene pessoal dos internados, péssima qualidade alimentar, condições inadequadas para descanso, restrições relacionadas a vestimentas, inacessibilidade aos prontuários, práticas de isolamento, contenção mecânica irregular, violência física direcionadas aos internados, contradições ao protocolo do próprio hospital, dentre outras.

Segundo as informações obtidas, por meio das entrevistas realizadas com Luisa e Renata (nomes fictícios), a trajetória histórica do manicômio maringaense, no que diz respeito a sua fundação, acontece na “era de ouro dos hospitais privados” como aponta Luisa (2023), em meio a ditadura militar cujo objetivo era criar sistemas de empresas privadas para terceirizar das funções do Estado. A construção do manicômio na cidade corresponderia a um interesse urbano de higiene social. Segundo Luisa (2023): “de 1964 a 1982 os leitos psiquiátricos cresceram 16 vezes mais rapidamente que a população brasileira”. No que diz respeito ao seu funcionamento, há várias incongruências constatadas pela Vigilância Sanitária municipal, acionada pelo Ministério Público, o que culmina em sua interdição e fechamento em julho de 2022. Segundo Renata (2023): “uma interdição chamada cautelar”.

Sobre as dificuldades de enfrentamento ao manicômio, Luisa (2023) relata que certa vez um professor propôs uma visita técnica para colocar os alunos de psicologia em contato com a realidade vivida no hospital, estes ficaram horrorizados e foram para a imprensa denunciá-lo. O resultado então foi a proibição de que a visitas tornasse a acontecer no estabelecimento. Com a implementação de conselhos de saúde municipal, assegurados pelo

## XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

SUS, foi possível a realização do controle social no Hospital Psiquiátrico, que apesar de ser uma instituição privada possuía convênio com o sistema público, sendo passível de visitas e vistorias. Segundo a entrevistada Renata (2023), a direção do hospital era muito resistente às visitas, em uma delas, foi necessário que a promotora ameaçasse chamar a polícia para conseguir acessar o hospital com os conselheiros. Apesar das irregularidades constatadas, que culminaram em seu fechamento, atendendo às exigências e realizando as adequações em sua estrutura física, o Hospital Psiquiátrico poderá retornar às suas atividades. Conforme comenta a entrevistada Luisa (2023): “ [...] a pior violação de todas é o enclausuramento, é o confinamento e a normalização. Quando você normaliza, coloca em escaninhos, em esquadros a vidas dos outros. [...] A gente tem que mostrar e lutar pela questão do cuidado em liberdade”. Dessa forma, considera-se relevante o fortalecimento das mobilizações antimanicomiais na direção de luta também contra a cultura manicomial que ainda se faz presente em contexto social e poderá culminar na reabertura de instituições psiquiátricas tão distantes do cuidado em liberdade.

### Referências

AMARANTE, P.; NUNES, M. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 2067-2074, 2018.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial** (3a ed.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público do Trabalho (2020). **Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional** (2ª ed.). Autores. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/hospitais-psiquiatricos-no-brasil-relatorio-de-inspecao-nacional/>> Acesso em: 24 mar. 2023.

DE SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando. **Os enfermos da razão: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980)**. Annablume, 2004.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.